



PSICOLOGIA  
*Sandplay*

Renata Whitaker Horschutz

## A necessidade de realmente enxergar a criança

Todo ser humano necessita pertencer a algo ou a alguém para poder se constituir, sentir-se como um indivíduo, estruturar sua identidade individual e social, desenvolver-se e tornar-se um ser autônomo e responsável.



Todo ser humano necessita pertencer a algo ou a alguém para poder se constituir, sentir-se como um indivíduo, estruturar sua identidade individual e social, desenvolver-se e tornar-se um ser autônomo e responsável.

A família é a primeira etapa de socialização da criança, é o contexto educativo onde ela aprende e sente as normas, valores sociais, culturais e emocionais.

A família é uma base de aprendizagem, que produzirá na criança um processo de desenvolvimento cognitivo, sensorial, motor e afetivo, posto que “a vida familiar é a nossa primeira escola de aprendizagem emocional” (Goleman, 1995).

Portanto, é no meio familiar que acontece a primeira etapa de socialização da criança.

Ao se sentir amada e vivenciar o prazer e o conforto junto a outras pessoas, a criança fortalece internamente a confiança em si e na bondade dos outros.

Na primeira infância, até os 7 anos, dá-se o maior desenvolvimento cerebral da criança, assim como a formação da maioria das conexões cerebrais. Sabe-se, através de inúmeras pesquisas, quão importantes são, para o futuro desenvolvimento da criança, as primeiras relações afetivas do bebê com a figura materna, ou com quem desempenha essa função.

Todo trauma que ocorreu no período pré-verbal da criança, incluindo o período de gestação, ficará armazenado em uma região dentro do cérebro chamada amígdala, situada no interior do sistema límbico (região relacionada à memória e ao emocional), ao qual só se pode ter acesso, com fins terapêuticos, através de imagens, ou seja, de uma terapia que utilize como recurso a expressão corporal e artística, pois estes traumas estão registrados em imagens, dada a impossibilidade de a criança se comunicar por meio da fala.

Bowlby (1969) afirma que existem boas provas de que, num contexto familiar, a maioria dos bebês, aos três meses de idade, já dá mostras de distinguir a figura materna.

Autores e pesquisadores contemporâneos, como Brazelton (1988), Schermann et al. (1994), Schaffer (1996), Wendland-Carro et al. (1999), Klaus & Kennell (2000), Claussen & Crittenden (2000) e Schermann (2001) abordam a impressionante capacidade que os bebês recém-nascidos apresentam de responder às interações, já nos primeiros minutos de vida, já



sendo capazes de fazer discriminações importantes e de localizar objetos por meio de várias indicações perceptivas, como a visão e a audição, que lhes permite, por exemplo, identificar a voz do pai e da mãe.

Por volta do sexto dia de vida, um bebê já é capaz de reconhecer o cheiro da mãe. O paladar também é altamente desenvolvido em bebês recém-nascidos.

Eles gostam do conforto, da proximidade, e com frequência moldam-se ao corpo de seus pais. Portanto, estes pesquisadores corroboram o que postulam Bowlby e Ainsworth sobre a existência de uma relação vincular estreita entre o bebê e sua mãe, já nas primeiras horas de vida, enfatizando sua capacidade de interação desde o momento de seu nascimento. Schaffer (1996) afirma que uma criança de quatro semanas já se comporta de maneira diferenciada com sua mãe, seu pai e com estranhos.

A partir destes conhecimentos, podemos concluir que a criança que nasce \* rejeitada, também já nasce traumatizada.

O desenvolvimento do ser humano é formado por um conjunto de experiências cujo início se dá no útero e que se estendem ao ambiente em que a criança está inserida, acumulando-se na psique.

Quando uma criança tem seu ambiente destruído, ou é desde o nascimento privada de um ambiente familiar, várias questões emocionais podem se cristalizar em seu interior. Por exemplo, a raiva pode ser reprimida, gerando incapacidade de amar; pode acontecer uma regressão a fases iniciais do desenvolvimento emocional, quando a criança possa ter vivenciado algo melhor, ou até mesmo acontecer uma introversão patológica.

Uma criança que não tem contato com uma figura materna sentir-se-á insegura e rejeitada. A ausência ou perda das pessoas em relação às quais a criança desenvolveu apego é altamente ameaçadora para sua estrutura psíquica. Podemos então afirmar que são quase irreparáveis as marcas que o medo, a ausência de proteção e o desamparo podem causar em uma pessoa, como adoecimento psíquico, apatia, embotamento afetivo, psicopatia, dificuldade de sentir empatia e amor por outras pessoas, desenvolvimento físico e cognitivo lento ou bloqueado, o que gerará inclusive consequências sociais importantes.



Neste quadro encaixam-se as crianças institucionalizadas, que em geral já não esperam \* acolhimento, ou um colo, uma família, mas somente que o tempo as carregue para uma fase da vida onde se tornem livres e andarilhas.

Precisamos, então, como profissionais da saúde física e psíquica, juízes encarregados da vara da família, assistentes sociais, dar voz a essas crianças, contribuindo para que os processos de adoção sejam mais rápidos, desburocratizados, para que essas crianças passem menos tempo dentro de instituições.

Os vínculos afetivos criados antes ou durante a institucionalização não se dissipam com o afastamento da pessoa com quem a criança criou um vínculo mas, ao contrário, podem se tornar mais profundos e apertados, dificultando o estabelecimento de novos vínculos.

Da mesma forma, quando uma criança é retirada judicialmente de sua família de origem, ou adotiva, sofre intensamente por esta ruptura, e sempre apresentará dificuldade de formar outros vínculos afetivos.

Esta criança necessitará de alguém muito disposto a acolhê-la com tal história de abandono, para ajudá-la a refazer o caminho de desenvolvimento do seu ego.

Para se atender melhor essas crianças, é necessário pensar em uma política pública em que se coloque a criança como figura central das intenções, e não o adulto, dando voz à criança. A voz a que me refiro aqui não é a da fala, pois muitas delas encontram-se na fase pré-verbal, mas que as autoridades competentes enxerguem a criança e sua dor e tomem a melhor conduta em relação a ela. Para que ela possa superar o mais rapidamente possível o trauma do abandono e atingir o seu desenvolvimento físico e psíquico, pois a institucionalização, por melhor que seja, por mais bem preparadas que as pessoas envolvidas possam estar, é sempre uma situação traumática para a criança internada por um longo período, que perde sua infância, conservando sequelas emocionais cuja reversão é muito difícil.

Porém, o que em geral acontece com o sistema de adoção que temos no Brasil é a prevalência da ótica do adulto, da autoridade, e não a da criança, totalmente sujeita ao que é decidido em relação a seu destino e permanecendo muito tempo em instituições por questões burocráticas. E quanto mais tempo demorar o processo de adoção mais difícil se



torna que ele ocorra, pois em geral as pessoas que buscam adoção querem bebês e não crianças grandes.

Pela sua condição de criança, ela não pode ir contra o adulto e muito menos expressar sua vontade, principalmente quando se trata de uma figura de autoridade, e ainda mais se for judicial. A criança então é tratada como coisa, como objeto.

Quando não se enxerga a criança acaba se cometendo uma violência cruel e despótica, a qual terá consequências desastrosas, não só na vida dela, mas eventualmente para a sociedade, dado que uma das formas de expressar a dor do abandono é a transgressão, a única maneira de enfrentar o autoritarismo. E então, novamente, a transgressão é vista pelas figuras de autoridade e pela sociedade como uma coisa má, que precisa ser punida, sem se levar em conta a defesa e a dor que está por trás desta conduta. E assim se gera um círculo vicioso de ansiedade e repetidas institucionalizações, punições por atos ilegais e que vão contra a ordem social.

As crianças abandonadas sentem-se desprotegidas, por isso demonstram um imenso desejo de pertencer a uma família, a ponto de, em sua imaginação, criar um pai ou uma mãe imaginários.

Por fim, ao conhecermos a dimensão que o abandono tem para as crianças institucionalizadas, estamos entrando em contato também com a subjetividade individual, reconhecendo a subjetividade social que a constituiu \* e os reflexos disso na sociedade futura. Portanto, devemos tentar encontrar possibilidades mais eficazes na constituição de novas alternativas para o desenvolvimento das atividades psíquicas, sentimentais, emocionais e volitivas de cada indivíduo.

Todas as pessoas da nossa sociedade, principalmente aquelas que escolheram profissões cujas decisões poderão mudar toda uma vida, e a de quantos mais se relacionarem com este ser, precisam assumir a responsabilidade pelas histórias de violência que escutam, e enxergar e ouvir as nossas crianças, não só as da nossa família, mas de todo nosso país, pois “o pior cego é aquele que não quer ver”, aquele que, ao ter que tomar uma decisão a



respeito da vida de uma criança, deixa-se contaminar por uma visão distorcida pelo preconceito e pelo condicionamento às normas de conduta sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AINSWORTH MD, Blehar MC, Waters E & Wall S 1978. Patterns of attachment: a psychological study of the strange situation. Lawrence Erlbaum Associates Publishers Hillsdale, Nova Jersey.

BOWLBY, J 1969. Apego e perda (2002). Martins Fontes, São Paulo.

BOWLBY, J 1989. Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego. Artes Médicas, Porto Alegre.

BRAZELTON, TB 1988. O desenvolvimento do apego: uma família em formação. Artes Médicas, Porto Alegre.

SCHAFFER, HR 1996. Social development. Blackwell Publishers Ltda, Oxford.

MILLER, A. (1997). *O drama da criança bem dotada: como os pais podem formar (e deformar) a vida emocional dos filhos*. São Paulo: Summus.

SAWAIA, B. B. (2001). *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (3rd. ed.) Petrópolis: Vozes.

SILVA, S. R. M. (2001). Abandono: uma agressão aos direitos da criança. In: F. Freire (Org.). *Abandono e adoção: contribuições para uma cultura da adoção*. (20rd. ed.) Curitiba: Terra dos Homens.

VYGOTSKY, L. S. (2000). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

GOLEMAN, D. ; *Inteligência emocional*, Ed. Objetiva, Rio de Janeiro, 1995.



## DOCUMENTOS ELETRÔNICOS:

BRUM, E. H. M., SHERMANN, L.; Vínculos iniciais e desenvolvimento infantil Site :  
[www.scielo.br](http://www.scielo.br), acesso em 26/09/2009.

MARTINS, E., SZYMANSKI, Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Acesso em 26/09/2009

OLIVEIRA, C., CAMÕES, C., As crianças institucionalizadas - O outro lado da sociedade. Acesso em 26/09/2009

SIQUEIRA, A. C., DELL AGLIO, D. D. B., O impacto da institucionalização na infância e na adolescência uma revisão de literatura. Acesso em 26/09/2009 .

---

*Autora: **Renata Whitaker Horschutz** - Psicóloga; analista Junguiana; membro da AJB (Associação Junguiana do Brasil); membro do IJUSP (Instituto Junguiano de São Paulo), membro da IAAP (International Association for Analytical Psychology), membro da ISST (International Society for Sandplay Therapy), especialista em atendimento infantil.*